



GRUPO PARLAMENTAR

I\_COM10XV/2023/82

29-08-2023

Exma. Senhora

Presidente da 10ª Comissão Parlamentar

Deputada Isabel Meirelles

Exma. Senhora Presidente,

A situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem impacto directo na atuação de diferentes ministérios do Governo, considerando o contributo das suas receitas no financiamento dos mesmos.

Por outro lado, a própria instituição desempenha um papel na área social de grande relevância. Sendo que, a esse papel que desempenha, deve-se somar o facto de Ministério do Trabalho e Segurança Social ser o principal beneficiário das receitas líquidas dos jogos sociais.

Por esse mesmo motivo, a forma como é realizada a gestão do património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e particularmente dos jogos sociais, merece o interesse transversal de várias áreas governativas e consequentemente dos portugueses.

A decisão da Senhora Ministra do Trabalho e Segurança Social que determinou a realização de uma reavaliação dos Relatórios de Gestão e Contas referentes aos anos 2021 e 2022 da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para “garantir total transparência”, bem como a avaliação independente à Santa Casa Global devido a preocupações económicas financeiras são demonstrações evidentes de uma preocupação com a atual condição económica financeira da instituição.

No mês de agosto a Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa assumiu que existem dificuldades que podem levar a “algum sofrimento interno” para que sejam ultrapassadas.

Estas afirmações surgiram depois de ter sido revertida a decisão de diminuir os apoios a diferentes entidades na área do desporto.

Ainda assim, apesar de se precipitarem decisões de gestão com base na atual situação económica financeira, permanece a resistência do Governo em explicar os sinais de preocupação que foram



GRUPO PARLAMENTAR

detetados, levando à falta de clareza sobre a dimensão do problema que a Santa Casa da Misericórdia atravessa.

Ora, pela sua atualidade e relevância, importa esclarecer publicamente esta situação para salvaguarda das instituições e portugueses beneficiários do património e receitas dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Nestes termos e nos mais de direito, constitucionais, legais e regimentais, os Deputados do GP/PSD vêm junto de V.Exa. solicitar a audição, com carácter de urgência atendendo a que esta instituição dá respostas sociais de enorme importância, pelo que, é urgente esclarecer a real situação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

- Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Ministra do Trabalho e Segurança Social

Solicita-se que a audição à Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aqui requerida seja em conexão com a 8º Comissão, mas em grelha própria definida pela 10º Comissão. Considerando que o âmbito do presente requerimento tem um objeto mais amplo e com competência na 10º Comissão comparativamente ao que já foi remetido do GP PSD na 8º Comissão.

**Palácio de São Bento, 29 de Agosto de 2023,**

Os Deputados,  
Joaquim Miranda Sarmiento  
Clara Marques Mendes  
Nuno Carvalho  
Helga Correia